

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO

DA AUDIÇÃO DO GESTOR PÚBLICO INDIGITADO PARA A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO DA PORTOS DOS AÇORES, S.A.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: 3379	Proc. n.º 16-14
Data: 018/10/08	N.º 1/11

PONTA DELGADA
OUTUBRO DE 2018



TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 3 de outubro de 2018, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, São Miguel, com recurso a videoconferência, a fim de proceder à audição do Dr. Miguel António Moniz de Costa, indigitado pelo Governo Regional dos Açores para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Portos dos Açores, S.A.

O *Curriculum Vitae* do Dr. Miguel António Moniz de Costa fica anexo ao presente relatório, do qual faz parte integrante.

1.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A presente audição é efetuada nos termos e para os efeitos previstos nos números 2 e 4 do artigo 12.º e artigo 12.º-A do Estatuto do Gestor Público Regional, o qual foi republicado em Anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro.

“A comissão especializada permanente respetiva deve proceder à audição no prazo de vinte dias, a contar da data do despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.” (cf. previsto no n.º 3 do artigo 12.º-A)

“A comissão referida no número anterior, ao abrigo das correspondentes normas regimentais, elabora um relatório, do qual deve constar a audição do gestor público indigitado, bem como a posição dos partidos que integrem a comissão sobre a referida audição.” (cf. n.º 4 do artigo 12.º-A)

Por fim, refira-se que “O relatório é obrigatoriamente enviado, no prazo de cinco dias, pelo Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ao Presidente do Governo Regional dos Açores, para os devidos efeitos.” (cf. n.º 5 do artigo 12.º-A)



2º. CAPÍTULO – AUDIÇÃO DO GESTOR INDIGITADO

O Dr. Miguel Costa, na qualidade de gestor indigitado, para a Presidência do Conselho de Administração da Portos dos Açores, fez uma apresentação inicial do seu Currículo *Vitae*, com destaque para a licenciatura em Direito pela Universidade de Coimbra, a formação em Contratos Públicos e em Alta Administração, bem como a experiência profissional acumulada nas obras públicas, quer como Delegado das Obras Públicas, quer como Diretor Regional dos Equipamentos e Transportes e Coordenador da Estrutura de Acompanhamento e Coordenação da Concessão Rodoviária em Regime de SCUT na Ilha de São Miguel.

O Dr. Miguel Costa realçou ainda o trabalho desempenhado como Deputado Regional, nos últimos seis anos, como membro e Presidente da Comissão Permanente de Economia, Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Grupo Sata, Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Transporte Marítimo de Passageiros e Infraestruturas Portuárias, Membro da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia e Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Setor Empresarial e Associações sem fins lucrativos.

O Gestor indigitado disse, também, que as funções desempenhadas permitem reconhecer a importância do trabalho parlamentar desenvolvido em todas as nove ilhas dos Açores, manifestando vontade e disponibilidade em colaborar com todos os Deputados, colocando sempre o interesse dos Açores em primeiro lugar.

Em relação à Portos dos Açores, referiu que pretende garantir um serviço público de qualidade, ao nível das infraestruturas e da gestão e exploração dos portos da Região, com foco na eficácia, eficiência e segurança. Fez ainda referência aos Capitais Próprios positivos superiores a 245 milhões de euros e ao investimento em curso e previsto, para o triénio 2018-2020, de montante superior a 145 milhões de euros. Na concretização desses investimentos, estará sempre disponível para ouvir a opinião de todos, sempre com o objetivo de melhorar e aperfeiçoar o que for possível e necessário.

Interveio o Deputado Carlos Silva para realçar o Currículo *Vitae* e a experiência do Dr. Miguel Costa, como mais valias no desempenho das novas funções na Portos dos Açores, perguntando se a boa situação financeira da empresa permite encarar o futuro com otimismo, para ultrapassar os desafios existentes. Questionou ainda sobre a importância da Portos dos Açores



para a Coesão Regional e a importância de um clima de paz social na empresa, envolvendo todos os colaboradores.

Em resposta, o Dr. Miguel Costa disse que a Portos dos Açores é fundamental para a Coesão Regional, para o desenvolvimento económico e social das ilhas, como um instrumento válido e capaz ao serviço dos Açores.

Acrescentou que a Portos dos Açores tem uma situação financeira boa e estável, com Capitais Próprios positivos superiores a 245 milhões de euros, que reforçam a estabilidade e segurança para o futuro. Além disso, a empresa tem Ativos de 372 milhões de euros, que atestam o investimento feito nos portos da Região.

Em relação aos Recursos Humanos, reconhece que a empresa tem um corpo técnico muito específico e variado, e que porá a sua experiência de gestão de recursos humanos ao serviço da Portos dos Açores, como aconteceu no passado nos cargos que ocupou, sempre numa lógica de proximidade, por considerar essencial a paz social em qualquer serviço ou empresa, e é nesse sentido que trabalhará.

Depois, o Deputado António Lima perguntou sobre a visão estratégica dos portos nos Açores, em particular no transporte marítimo e na gestão dos portos, bem como sobre a concessão de portos por prazos muito alargados, como o da Praia da Vitória. Questionou ainda se o Dr. Miguel Costa concorda a visão e estratégia do Governo Regional, em especial sobre a concessão de portos e se será necessário rever o projeto do porto da Horta.

O Dr. Miguel Costa afirmou que o entendimento é consensual nesta matéria, tendo sido definidas bases de desenvolvimento infraestrutural em todos os portos, apoiadas em estudos feitos. Essa foi a visão estratégica que o Governo, e bem, definiu para os portos da Região, faltando completar essa rede, como é o caso do Porto das Pipas, que necessariamente será prioritário. Informou ainda que, pelo que tem conhecimento, os 75 anos da concessão visam conseguir atrair potenciais interessados, que terão a necessidade de realizar avultados investimentos, sendo que esse alargamento do prazo será essencial para garantir o retorno do investimento, exigindo ainda um grande know-how e rede de conexões, visando potenciar um porto da Praia da Vitória que se quer como uma referência internacional no transporte marítimo.



Acrescentou ainda que os contratos de concessão são muito exigentes e permitem sempre defender o interesse público. Em relação ao porto da Horta, considera que é um investimento estratégico e necessário, e que as dúvidas existentes são conhecidas e que o projeto está a ser revisto.

Seguidamente, o Deputado António Vasco Viveiros reconheceu a vasta experiência do Dr. Miguel Costa na Administração Regional, embora não tenha experiência na gestão de empresas. Abordou ainda os resultados negativos de 2016 e 2017 para perguntar se o valor a receber do Governo dos Açores prejudicam o relacionamento financeiro com a tutela.

O Deputado António Vasco Viveiros pediu ainda a opinião do Gestor indigitado relativamente ao projeto do porto da Horta, à parte operacional do porto da Madalena e à estratégia, para os próximos 15 anos, para o porto de Ponta Delgada.

Em resposta, o Dr. Miguel Costa indicou que encara com otimismo o desafio na Portos dos Açores e que o seu Capital Próprio positivo é uma evidência. Em relação ao relacionamento com o Governo, considera que é bom e que tem cumprido e por isso deve ser mantido.

Relativamente aos portos referidos, o Gestor entende que são pastas importantes, que irá analisar os dossiers, com maior detalhe e juntamente com a sua equipa. Considera o porto da Horta importante e que devemos aproveitar as valências e as mais valias deste porto, discutindo estes assuntos com os parceiros do setor e todos os interessados.

Em relação ao porto da Madalena, entende que este tem uma grande importância no transporte de passageiros, que eventualmente poderá ser melhor ordenado, e que deve ser trabalhado com o setor das pescas e com as empresas marítimo turísticas.

Sobre o porto de Ponta Delgada, afirmou que tem uma grande importância, devido à sua dimensão e importância na quantidade de mercadorias movimentadas na Região, e que continuará a ter uma atenção especial.

O Deputado António Vasco Viveiros voltou a intervir, para perguntar se as responsabilidades delegadas na empresa pública são motivo de preocupação.

O Dr. Miguel Costa respondeu que o relacionamento com o Governo dos Açores, com os fornecedores, entidades bancárias, colaboradores e demais entidades, terá sempre a sua especial atenção, e que será uma preocupação normal de quem quer gerir bem a coisa pública.



Depois, o Deputado Alonso Miguel afirmou que, para o CDS, uma vez que o parecer emitido por esta Comissão não é vinculativo, a responsabilidade da nomeação dos Gestores Públicos cabe ao Presidente do Governo Regional dos Açores, esperando, no entanto, que a nomeação do Dr. Miguel Costa seja uma mais valia para a empresa e para os transportes na Região, dado ser uma empresa estratégica. Assim, perguntou qual a visão para a melhoria das ligações no grupo Central e se considera importante a construção da rampa Ró-ró no porto das Pipas, na Terceira.

O Gestor indigitado disse que partilha das mesmas preocupações, em relação às ligações do grupo Central, considerando a obra no porto das Pipas, em Angra do Heroísmo, como prioritária, para dar continuidade à estratégia do Governo, que tem dado grandes e reconhecidos resultados, de ter rampas Ró-ró em todas as ilhas, devendo ser concretizada com a maior brevidade possível.

A seguir, o Deputado Mario Tomé fez menção ao facto de o Dr. Miguel Costa ter como características a vontade de começar a trabalhar rapidamente na Portos dos Açores, em equipa e ouvindo a opinião de todos, o que constitui uma mais valia para as funções a desempenhar. Questionou como o problema com as algas, no porto velho da Madalena, poderá ser resolvido, sobretudo ao nível dos cheiros.

Em resposta, o Dr. Miguel Costa disse que reconhece o trabalho feito pela anterior administração da Portos dos Açores, que foi diligente e fez o que era possível. Além disso, informou que já consultou vários estudos feitos sobre o assunto e que existe uma grande concentração das algas perto dos ilhéus da Madalena. Esse facto justifica a grande afluência de algas ao interior do porto, empurradas pelas correntes e ondulações, coisa que acontece desde sempre naquele porto.

No entanto, com base nos estudos já realizados a pedido da Portos dos Açores, não existe perigo para a saúde pública, mas apenas um desconforto considerável para a população, e por isso terá de ser resolvido diligenciando na procura das melhores e mais rápidas soluções para o problema.

Terminou a sua audição agradecendo o acolhimento da Comissão Permanente de Economia, afirmando que o sucesso da sua missão será o sucesso de todos, em especial dos Açores e dos açorianos, e é isso que deve importar.



3º. CAPÍTULO – POSIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

PS

O **Grupo Parlamentar do PS/Açores manifesta parecer favorável** à indicação do Dr. Miguel António Moniz de Costa, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Portos dos Açores, S.A.

PSD

"Numa região arquipelágica os portos e os recursos que estão associados a um dos setores determinantes ao desenvolvimento económico e social dos Açores e de cada uma das suas ilhas, constitui uma prioridade estratégica face aos constrangimentos existentes e aos desafios que se colocam à movimentação de pessoas e mercadorias, na viabilização de um mercado interno e da sua integração no mercado global. Na sua audição em sede de Comissão de Economia o indigitado para a presidência da "Portos dos Açores" não foi capaz de revelar uma estratégia nem para cumprir a missão desta empresa no plano interno nem no plano externo, refugiando-se numa narrativa genérica e pouco objetiva. Além disso entendemos que os presidentes dos Conselhos de Administração das empresas públicas devem ter, preferencial e cumulativamente, formação, conhecimento e experiência profissional reconhecida no setor na qual se integra a empresa pública. Tais premissas não se verificam em relação ao gestor indigitado.

Face ao exposto o Grupo **Parlamentar do PSD/Açores emite parecer desfavorável** à nomeação do Dr. Miguel Costa para Presidente do Conselho de Administração da empresa "Portos dos Açores"."

CDS-PP

Apesar de o parecer da Comissão de Economia não ser vinculativo, **o Grupo Parlamentar do CDS-PP Açores não se opõe à nomeação do Dr. Miguel António Moniz de Costa**, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Portos dos Açores, S.A.



BE

O Grupo Parlamentar do BE/Açores não tem nada a opor à nomeação do Dr. Miguel António Moniz de Costa, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Portos dos Açores, S.A.

Ponta Delgada, 8 de outubro de 2018.

O Relator

Carlos Silva

O presente relatório **foi aprovado por unanimidade.**

Ao presente relatório é anexo o *Curriculum Vitae*.

A Presidente

Bárbara Torres Chaves

DADOS PESSOAIS

Nome: Miguel António Moniz da Costa

Data de Nascimento: ~~02/01/1973~~

Cartão de Cidadão: ~~9901300~~

Naturalidade: ~~São Sebastião da Pedreira - Lisboa~~

Estado Civil: ~~casado~~

Morada: ~~Rua da Colónia, Nº 12, 950-242 - Madalena do Mar~~

Telefone: ~~91227458~~

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

Licenciado em Direito – Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Advogado Estagiário, com inscrição na Ordem dos Advogados suspensa;

SITUAÇÃO PROFISSIONAL ATUAL

Técnico Superior da Administração Regional do Quadro Regional da Ilha do Pico;

Deputado Regional da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;

Presidente da Comissão Permanente de Economia;

Membro Comissão Economia;

Membro da Comissão Permanente;

Membro da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia;

Membro da Comissão Eventual de Inquérito ao Setor Empresarial e Associações sem fins lucrativos

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2012 – 2016

Deputado Regional da Assembleia Legislativa da região Autónoma dos Açores

Membro Comissão Economia;

Membro Comissão Parlamentar de Inquérito ao Grupo SATA;

Membro da Comissão Permanente;

Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Transporte Marítimo de Passageiros e Infraestruturas Portuárias;

2008/2012

Diretor Regional dos Equipamentos e Transportes do X Governo Regional dos Açores

Coordenador da Estrutura de Acompanhamento e Coordenação da Concessão Rodoviária em Regime de SCUT na ilha de S. Miguel;

Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Consultivo de Obras Públicas, Transportes e Comunicações no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações



2002/2008

Delegado de Ilha da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos (SRHE) no Pico – Cargo equiparado Subdiretor Regional;

Representante da SRHE na Comissão de Acompanhamento da elaboração do Plano de Urbanização da Vila de S. Roque do Pico;

Representante para a Comissão Mista de Coordenação do Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha do Pico;

Representante para a Comissão Mista de Coordenação da Revisão do Plano Diretor do Município De São Roque do Pico;

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

2008

Seminário: “O Sistema integrado de gestão e avaliação de desempenho na Administração Pública dos Açores – SIADAPRA”, promovido pelo Centro de Formação da Administração Pública dos Açores;

Ação de Formação: “O Código dos Contratos Públicos”, promovida pela SRHE e administrada pela Sérvulo & Associados/Sociedade de Advogados, RL;

2007 Ação de Formação: “A implementação da CAF nos Serviços da Administração Regional dos Açores”, promovida pela DROAP;

2006 Seminário de Alta Direção em Administração Pública, promovida pelo Centro de Formação da Administração Pública dos Açores, em colaboração com o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Técnica de Lisboa;

2005 Curso de Primeiros Socorros – Suporte Básico de Vida, promovido pela Escola Profissional do Pico.

2003 Curso de Formação Pedagógica de Formadores/Professores, promovido pela Escola Profissional do Pico